

Área Especial: Desenvolvimento e meio ambiente: a crítica da economia política

Sessão Ordinária

O decrescimento como alternativa para os dilemas atuais?

Beatriz Macchione Saes¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a via do decrescimento como alternativa para os dilemas atuais. Apesar da grande resistência ao termo, tanto nos meios políticos quanto acadêmicos, sua origem pode ser remontada aos anos 60 e 70 e, para esta, contribuíram alguns autores bastante difundidos, como Cornelius Castoriadis e Ivan Illich. Somente a partir dos anos 2000, o decrescimento se torna um *slogan* e um lema ativista, inicialmente na França, aonde ele também viria a se consolidar a como área de pesquisa. Essa investigação mostra-se relevante, uma vez que há pouca literatura sobre o tema no Brasil e que ainda são necessários esforços para a consolidação do pensamento e para a sua viabilização prática. Para definir melhor o decrescimento e suas implicações e, posteriormente, analisar as proposições para os problemas econômicos e sociais existentes, dividimos o trabalho em três partes. Na primeira, apresentamos as bases ideológicas e científicas do pensamento, desenvolvidos nos anos 70; na segunda, discutimos as visões dos autores contemporâneos e as implicações dessas ideias em termos práticos e; por fim, apresentamos as conclusões do trabalho.

Abstract

The present paper aims to analyze the path of degrowth as an alternative to the current dilemmas. Despite great resistance to the term, both in political and academic circles, its origin can be traced back to the 60 and 70, and for this, some renowned authors have contributed, as Cornelius Castoriadis and Ivan Illich. Only since the 2000s, degrowth becomes a slogan and a lemma activist, first in France, where he would come to consolidate as a research area. This research shows to be relevant, since there is little literature on the subject in Brazil and that efforts are still required for the consolidation of thought and its practical feasibility. To better define the decay and its implications and then analyze the proposals for the existing social and economic problems, we divided the work into three parts. At first, we present the foundation of ideological and scientific thinking, developed over 70 years, after we discuss the views of contemporary writers and the implications of these ideas in practice and, finally, we present the conclusions.

¹ Mestranda em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

O decrescimento como alternativa para os dilemas atuais?

E torna-se banal observar que o poder-fazer técnico unilateral exercido sobre as coisas, se conseguiu degradar, em grande escala e talvez irreversivelmente, o meio natural, em nada diminuiu a impotência dos homens face aos problemas de sua organização coletiva, o dilaceramento da sociedade nacional e mundial, a miséria física de dois terços da humanidade e psíquica do terceiro. (CASTORIADIS, 1987: 158-159)

Introdução

A incerteza e a insegurança decorrentes da situação em que se encontra a economia mundial suscitam algumas indagações para qualquer um que reflita sobre o futuro das sociedades contemporâneas. A crise financeira desencadeada em 2007 nos Estados Unidos poderá futuramente representar um momento de inflexão das políticas macroeconômicas nacionais em todo o mundo? Estaremos vivendo, principalmente na Europa, uma recessão cujo impacto poderá ser de grande magnitude para a trajetória futura desses países tal como foi o da crise dos anos 30? Evidentemente, estas são questões sobre as quais pouco se pode afirmar com alguma segurança. No entanto, se para muitos economistas a solução dos problemas atuais depende de políticas conhecidas há muitas décadas, um número crescente de pesquisadores e intelectuais acredita que o momento da crise traz oportunidades para mudanças inovadoras em termos de política econômica e da própria organização da sociedade.

Alguns desses estudiosos são defensores do decrescimento, que surgiu, inicialmente na França, como um movimento social e intelectual. A palavra *décroissance* apareceu primeiramente nos anos 70 em diversas publicações francesas (GORZ, 1977; AMAR, 1973; GEORGESCU-ROEGEN, 1995). Entre estas, destaca-se o compêndio de obras, traduzidas em francês, do matemático e economista romeno Georgescu-Roegen, intitulada *La décroissance: Entropie, Écologie, Économie*. A obra, originalmente publicada em 1979 e com grande impacto nos países francofônicos, criticava os fundamentos do pensamento econômico ocidental que negligenciava as dimensões biofísicas da atividade humana, assim como, a existência da Biosfera. Ainda assim, a defesa do decrescimento poderia parecer, para muitos economistas, um despropósito ou mesmo um absurdo, visto que a redução do crescimento econômico caracteriza normalmente, se não sempre, um cenário recessivo com graves consequências sociais. No entanto, para os autores que advogam a sociedade de decrescimento, além de importante do ponto de vista ambiental, a alternativa defendida “es una proposición necesaria para reabrir el espacio

de la inventiva y de la creatividad del imaginário, bloqueado por el *totalitarismo* economicista, desarrollista y progresista”. (LATOUCHE, 2008: 16)

Portanto, o pensamento do decrescimento, fortemente influenciado pelos autores franceses, apresenta uma alternativa interessante para as sociedades tanto do ponto de vista ambiental como social e cultural; e também inovadora, principalmente, por dissociar o sucesso das políticas econômicas do crescimento do PIB. É importante ressaltar que o decrescimento não significa simplesmente crescimento negativo; trata-se na verdade de uma alternativa à “sociedade de crescimento”, ou seja, de um sistema baseado em outra lógica. Por isso, segundo o francês Serge Latouche, uma das principais referências no assunto, se fossemos rigorosos, em termos teóricos seria mais adequado utilizar “*a*-crescimento”, tal como *a*-teísmo, expressando uma negação do crescimento. Nesse sentido, poderíamos inclusive pensar no decrescimento em termos do abandono de “uma fé ou uma religião, a da economia, do progresso e do desenvolvimento, de rejeitar o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento.” (LATOUCHE, 2009: 5) Ou seja, o decrescimento deve ser visto como um *slogan* político, cujo principal objetivo é enfatizar a necessidade de abandonar o objetivo do crescimento ilimitado, que tem implicações extremamente negativas para o meio ambiente e para a sociedade.

Apesar da grande resistência ao termo decrescimento, tanto nos meios políticos quanto acadêmicos, sua origem pode ser remontada aos anos 60 e 70 e, para esta, contribuíram alguns autores bastante difundidos, como Cornelius Castoriadis e Ivan Illich (LATOUCHE, 2009). O decrescimento torna-se um *slogan* e um lema ativista somente a partir dos anos 2000, inicialmente, na França, e posteriormente na Itália (*decrescita*) e na Catalunha (*decreixement* e *decrecimiento*). Atualmente, um número crescente de pesquisadores tem se dedicado a estudos sobre o decrescimento e, desde 2008, tem sido realizada bi-anualmente uma conferência destinada a discutir o tema, intitulada “Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity”² – marcando a consolidação do decrescimento como área de pesquisa e o início da utilização do termo em inglês. (SCHNEIDER&DEMARIA, 2011) Ademais, por vezes, a perspectiva do decrescimento aproxima-se da abordagem da Economia Ecológica – corrente de pensamento desenvolvida principalmente nos Estados Unidos, também influenciada pela obra do romeno Georgescu-Roegen e cujo objetivo é agregar a compressão da economia ao estudo da

²A primeira conferência foi realizada em Paris em abril de 2008 (ver <http://events.itsudparis.eu/degrowthconference>). Em 2010, foi realizada a segunda conferência em Barcelona e, nesse ano, a terceira conferência terá lugar em Veneza. Para mais informações ver <http://www.degrowth.net>.

ecologia –, que também tem tido uma repercussão crescente, tanto nos Estados Unidos e na Europa como nos países subdesenvolvidos.

No presente trabalho, devido às especificidades das duas visões, nos dedicaremos com maior profundidade apenas à discussão do decrescimento, que o economista ecológico Joan Martínez-Alier denomina de “de-growth à la Française” – em contraposição a “sustainable de-growth”, que é a idéia desenvolvida por alguns autores da Economia Ecológica.³ (MARTINEZ-ALIER et al., 2010; MARTINEZ-ALIER, 2009) Nosso objetivo é apresentar as bases desse pensamento e analisar suas proposições para os dilemas atuais. Essa investigação mostra-se relevante, uma vez que há pouca literatura sobre o tema no Brasil e que ainda são necessários esforços para a consolidação do pensamento e para a sua viabilização prática. Para definir melhor o decrescimento e suas implicações e, posteriormente, analisar as proposições para os problemas econômicos e sociais existentes, dividiremos o trabalho em três partes. Na primeira, apresentamos as bases ideológicas e científicas do pensamento; na segunda, discutimos as visões dos autores contemporâneos e as implicações dessas idéias em termos práticos e; por fim, apresentamos as conclusões do trabalho.

Bases ideológicas e científicas do decrescimento

Embora o decrescimento tenha surgido apenas recentemente como *slogan* difundido em alguns países europeus, o termo e as idéias que o sustentam são oriundos de trabalhos e discussões já desenvolvidos nos anos 70. Por um lado, estes trabalhos criticavam a economia pelo ponto de vista da ecologia e apresentavam o decrescimento como algo inevitável, enfatizando o agravamento dos problemas ambientais como decorrência da atividade humana. Por outro, estavam relacionados à crítica *culturalista* e antiutilitarista da economia, cujas inquietações principais eram a mercantilização das relações humanas, a uniformização cultural e a crença no desenvolvimento. (LATOUCHE, 2009; MARTINEZ-ALIER et al., 2010) Alguns dos autores

³ O decrescimento sustentável é definido como a transição democrática e igualitária para uma economia com menos produção e consumo (MARTINEZ-ALIER et al., 2010). Os autores que trabalham com essa perspectiva procuram demonstrar que pode haver compatibilidade e complementaridade entre as noções de decrescimento, defendida pelos autores franceses, e de estado-estacionário, defendida pelos economistas ecológicos, notadamente Herman Daly (2004). O decrescimento seria visto não como um fim em si mesmo, mas sim como a trajetória dos países industrializados e desenvolvidos em direção a um estado-estacionário mundial e igualitário. (KERSCHNER, 2010)

importantes para a disseminação dessas críticas foram Georgescu-Roegen, Jacques Ellul, André Gorz, François Partant, Bernard Charbonneau, Cornelius Castoriadis e Ivan Illich.

A crítica ecológica da economia teve, pela primeira vez, maior impacto para a sociedade com a publicação do relatório *Limits to Growth* em 1972. A iniciativa de discutir os limites do crescimento partiu do industrial italiano Aurélio Peccei que, em 1968, formou o Clube de Roma, reunindo pesquisadores, empresários e funcionários de governos de diversas nacionalidades para discutir os problemas futuros da humanidade. Posteriormente, um grupo de cientistas do MIT, liderado por Dennis Meadows, foi convidado pelo Clube para escrever o relatório que, a partir da utilização de modelos computacionais, sinalizava problemas do crescimento econômico mundial no longo prazo. O relatório foi amplamente divulgado e é, até os dias de hoje, um dos trabalhos mais conhecidos a tratar os problemas da continuidade do crescimento econômico e populacional. As conclusões da pesquisa indicavam que a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental seriam os principais limitadores, em termos absolutos, do crescimento econômico e que os avanços tecnológicos não seriam capazes de conter as pressões ambientais decorrentes da crescente atividade humana (MEADOWS et al., 1972).

Assim, segundo os autores do relatório, os problemas fundamentais enfrentados pela sociedade decorreriam da manutenção de um crescimento econômico ilimitado frente à existência de um planeta com recursos naturais finitos. O crescimento exponencial do consumo e da população levariam a exaustão dos recursos do planeta e a crescentes níveis de poluição em um futuro não muito distante. Todos os cenários gerados pelo modelo computacional do relatório resultavam em um colapso ecológico de grandes dimensões, seguido de elevação do índice de mortalidade e de queda do padrão de vida da população. A mudança tecnológica, em qualquer cenário do modelo, não alteraria de forma significativa os resultados. Por um lado, a utilização de energia nuclear, por exemplo, permitiria ampliar de forma indefinida a produção, mas, por outro, geraria níveis crescentes de poluição. Ou seja, a introdução de avanços tecnológicos apenas adiaria o colapso resultante do aumento da atividade humana e, portanto, segundo a equipe de Meadows, a única forma de impedir o colapso previsto seria combater as fontes de crescimento exponencial com uma política de crescimento econômico zero.

No entanto, foi Nicholas Georgescu-Roegen quem forneceu efetivamente as bases científicas para a crítica ecológica do crescimento econômico. Segundo o autor, visto de um ponto estritamente físico, o processo econômico é um processo parcial, no qual matéria e energia

são trocados com o resto do universo material. Ou seja, não há produção nem consumo de matéria e energia e sim um processo de transformação, no qual resíduos naturais com valor geram resíduos sem valor. Em termos físicos, e mais especificamente termodinâmicos, pode-se dizer que matéria e energia de baixa entropia finalizam o processo econômico em um estado de alta entropia. No entanto, compreender e explicar o conceito de entropia é tarefa um tanto quanto difícil até mesmo para os físicos. (GEORGESCU-ROEGEN, 1995) Na obra *The Entropy Law and the Economic Process*, publicada em 1971, Georgescu-Roegen apresenta, de forma bastante complexa para os economistas, o Segundo Princípio da Termodinâmica⁴ – a lei da entropia – e os fundamentos biofísicos do processo econômico. (GRINEVALD, 2006)

Para o autor, a definição de entropia como “a medida de energia inutilizável em um sistema termodinâmico”, ainda que possa não satisfazer a um especialista, convém para uma compreensão mais geral do termo. A energia inutilizável ou presa é aquela que o homem não pode aproveitar – em contraposição à energia utilizável ou livre. Por exemplo, quando queimamos um pedaço de carvão sua energia livre inicial dissipa-se sobre a forma de calor, fumaça e cinzas, de tal forma que se torna inutilizável para os homens. Ademais, entropia também é definida como uma medida de desordem, uma vez que a energia utilizável ao homem implica numa certa estrutura ordenada. Nesse sentido, é possível compreender que uma folha de cobre comporta uma entropia mais baixa do que a do mineral de onde foi extraída. (GEORGESCU-ROEGEN, 1995: 66-68; GEORGESCU-ROEGEN, 1986)

Outra característica das transformações energéticas é a existência da irreversibilidade: o calor dissipa-se do corpo mais quente ao corpo mais frio e uma vez que o calor de um sistema isolado⁵ torna-se uniforme não é possível reverter essa dissipação sem intervenção exterior. Portanto, de forma geral, a energia térmica livre de um sistema isolado degrada-se continua e irreversivelmente em energia inutilizável. O trabalho de Sadi Carnot demonstra como a extensão dessa propriedade a todas as formas de energia conduz ao Segundo Princípio da Termodinâmica, ou Lei da Entropia – ou seja, que a entropia de um sistema isolado sempre aumenta. (GEORGESCU-ROEGEN, 1995) A importância do trabalho de Georgescu-Roegen é justamente

⁴ A segunda lei da termodinâmica foi elaborada em 1824 pelo físico, matemático e engenheiro francês Sadi Carnot (1796-1832).

⁵ Em um sistema isolado não há trocas de energia nem de matéria com o exterior. Os sistemas fechados, por sua vez, trocam energia com o exterior, embora também não troquem matéria. Apenas no sistema aberto, há troca tanto de energia como de matéria.

mostrar que a atividade econômica não escapa a essa lei: o processo econômico transforma recursos naturais de baixa entropia em resíduos de alta entropia e evolui de forma irreversível.

Dessa forma, dado que o processo econômico é entrópico⁶, o crescimento econômico deveria ser revertido, eliminando o desperdício de energia que compromete a sobrevivência das gerações futuras.⁷ Uma vez que não se conhece a taxa de degradação entrópica e que a atividade econômica – seja crescente, zero ou mesmo declinante – não pode existir para sempre num ambiente finito, para Georgescu-Roegen, a condição mais desejável seria efetivamente o estado declinante da economia. (LEVALLOIS, 2010) Segundo Grinevald, um dos tradutores do conjunto de trabalhos de Georgescu-Roegen (1995) publicados em francês, embora a palavra *décroissance* só tenha surgido em 1979 para intitular o compendio dos trabalhos, a idéia de um pós-crescimento e a palavra declínio – *decline* em inglês – já estavam presentes nas discussões e trabalhos anteriores do cientista romeno. (GRINEVALD, 2006)

O grande impacto da obra *La Décroissance : Entropie, Écologie, Économie* de Georgescu-Roegen na França foi fundamental para que o decrescimento tornasse-se objeto importante de discussão nos meios acadêmicos e políticos franceses. No entanto, a crise energética e ambiental, inevitável e agravada pelo crescimento econômico, tal como evidenciada por Georgescu-Roegen, coexistia às crises cultural e social – inerentes ao modo de produção capitalista e com graves conseqüências sociais e psicológicas. Nesse sentido, a crítica ao crescimento e ao desenvolvimento ganham força e coesão com os trabalhos de outros autores como André Gorz, Ivan Illich, Cornélius Castoriadis e Bernard Charbonneau. Como veremos, além de se pensar numa sociedade pós-crescimento, esses autores propõem, dessa forma, uma reflexão sobre uma

⁶ O estudo físico do processo econômico, realizado por Georgescu-Roegen, foi fundamental para a crítica da economia neoclássica liderada pelo mesmo. Para Yves Cochet, “a teoria econômica neoclássica contemporânea mascara sob uma elegância matemática sua indiferença às leis fundamentais da biologia, da química e da física, sobretudo as da termodinâmica”. (COCHET, 2005 in LATOUCHE, 2009: 15) Em seguida, Latouche conclui: “Em suma, o processo econômico real, diferentemente do modelo teórico, não é um processo puramente mecânico e reversível; de natureza *entrópica*, ele se desenrola numa biosfera que funciona num tempo marcado pela flecha do tempo.” (LATOUCHE, 2009: 15)

⁷ Rigorosamente, Georgescu-Roegen percorre um caminho maior para concluir a necessidade de reverter o crescimento econômico. A Terra é um sistema fechado, no qual há trocas de energia com o exterior. No entanto, a energia solar só chega ao nosso planeta em um fluxo fixo e constante, que, portanto, não pode ser utilizado na mesma intensidade com que queimamos, por exemplo, um estoque de petróleo. Ademais, o autor argumenta que a matéria também sofre um processo de degradação, similar ao descrito pela Segunda Lei da Termodinâmica. (GEORGESCU-ROEGEN, 1995: 192-203) Além disso, os avanços tecnológicos não seriam capazes de escapar da degradação entrópica, uma vez que não há eficiência energética total – toda transformação energética produz calor, que é dissipado de forma uniforme, e assim não pode gerar mais trabalho. Assim, a tecnologia seria capaz de reduzir o desperdício do processo, mas haveria um limite termodinâmico para sua eficiência, assim como, a necessidade de recursos adicionais para prosseguir a produção. (CECHIN, 2010; VEIGA, 2009)

sociedade “pós-desenvolvimento” – uma vez que o desenvolvimento reforçaria os valores econômicos das sociedades afluentes. (LATOUCHE, 2010; MARTINEZ-ALIER et al., 2010)

A palavra-chave para esta crítica cultural é *autonomia* – dos indivíduos, de grupos, de regiões. (MARTINEZ-ALIER et al., 2010). Para o filósofo social austro-francês André Gorz, a autonomia e o decrescimento devem ser vistos como os caminhos para a reestruturação ecológica da economia. Segundo o autor:

Si la restructuration écologique de l'économie doit résulter non pas d'un dirigisme technocratique et autoritaire mais de la reconstitution d'un monde vécu, la décroissance de la production de marchandises et de services marchands devra être réalisée grâce à une autolimitation des besoins se comprenant elle-même comme une reconquête de l'autonomie, c'est-à-dire grâce à une réorientation démocratique du développement économique (...).⁸ (GORZ, 1991 : 39)

A autonomia dos indivíduos em Gorz, portanto, é ponto fundamental e, para atingi-la, além de uma reformulação das necessidades, deve haver uma democratização das decisões econômicas, tornando-as subordinadas às aspirações e às necessidades da sociedade. Em outras palavras, para o autor, a racionalidade econômica deve ser subordinada à racionalidade eco-social – baseada em “moins mais mieux”⁹, que, por sua vez, é incompatível com a lógica capitalista de maximização da renda e do lucro. (GORZ, 1991) Da mesma forma, para Ivan Illich, na sociedade industrial, o prejuízo da autonomia seria crescente devido à perda das habilidades fora do emprego e do controle profissional, que caracteriza a “pobreza modernizada”. O autor defendia uma “sociedade de subsistência moderna” numa economia pós-industrial, menos dependente do mercado e na qual a tecnologia geraria “valores de uso genuínos”¹⁰.

Ivan Illich foi um dos pensadores mais importantes para a crítica cultural do desenvolvimento. O filósofo austríaco criticou as instituições modernas da sociedade ocidental – notadamente a medicina e a educação¹¹ – que, segundo o autor, comprometiam a autonomia dos

⁸ “Se a reestruturação ecológica da economia não deve resultar de um dirigismo tecnocrático e autoritário mas da reconstituição de um mundo vivido, o decrescimento da produção de bens e serviços mercantis deverá ser realizado através da autolimitação das necessidades compreendida como uma reconquista da autonomia, ou seja através de uma reorientação democrática do desenvolvimento econômico (...)” (Tradução B.M.S.)

⁹ “Menos mas melhor” (Tradução B.M.S.). Ou seja, a racionalidade ecológica implica numa sociedade na qual se vive melhor, mas se trabalha e consome menos.

¹⁰ Illich procura resgatar a teoria marxista do valor de uso, em contraposição ao valor de troca – que, para muitos economistas modernos, seria a indicação econômica da avaliação do trabalho.

¹¹ Uma das obras mais conhecidas de Illich é *Sociedade sem Escolas* publicada no Brasil pela Editora Vozes em 1985.

indivíduos. (MARTINEZ-ALIER et al., 2010) Para o autor, a sociedade industrial gerou problemas que transcendem a degradação ambiental, mas que, como podemos ver no trecho abaixo, também não podem encontrar suas respostas no prolongamento do crescimento econômico:

Ideólogos e economistas de direita e de esquerda estavam absolutamente de acordo em que o nexo indissolúvel entre o progresso científico e a expansão de produtos mensuráveis em termos econômicos, como também sobre a necessidade de que exista um crescimento indefinido na produção de bens e serviços como condição indispensável para a realização da justiça. Ambos concordaram ingenuamente que a justiça se derivaria do crescimento econômico futuro. (ILLICH, 1979: 94)

Os autores que desenvolvem a crítica cultural da economia nesse período, em geral, entendem que o capitalismo orientado ao crescimento não pode prosseguir, assim como, acreditam que o socialismo, ao manter um objetivo análogo, reforçaria os mesmos problemas ecológicos e sociais. Ademais, a crise deflagrada nos anos 70 viria a contribuir com alguns elementos dessa análise. Para Gorz, a crise traria novas dimensões ainda não compreendidas e para as quais o socialismo traria poucas respostas:

It is a crisis in the relation between the individual and the economic sphere as such; a crisis in the character of work; a crisis in our relations with nature, with our bodies, with our sexuality, with society, with future generations, with history; a crisis of urban life, of habitat, of medical practice, of education, of science. (GORZ, 1983:12)

Portanto, do ponto de vista dos críticos do desenvolvimento, medidas paliativas, focadas em um ou outro problema, não contribuiriam para a resolução da crise. Ao contrário, a crise seria inevitavelmente agravada por cada uma dessas soluções parciais. (GORZ, 1983) Por exemplo, resolver o problema do desemprego a partir de sucessivas políticas baseadas na elevação dos gastos da economia levaria, no longo prazo, ao agravamento dos problemas ambientais. A superação da crise dependeria, assim, de políticas inovadoras que dissociassem justiça e autonomia do crescimento econômico:

(...) tanto a justa distribuição de bens como a igual distribuição das condições para tais atividades autônomas depende do decrescimento da produção de bens e serviços e da limitação deles – sempre e quando for possível – a aqueles produtos

que não só se podem produzir para todos como também fomentam o desemprego criativo.(ILLICH, 1975: 103)

O desemprego criativo (ou *útil*), para Illich, deve ser entendido como a possibilidade de trabalho – não entendido como emprego – autônomo. Ou seja, as pessoas podem ser *úteis* para si mesmo e para os outros, mesmo não estando inseridas na produção de bens para o mercado. Para Gorz, cujo tema central de pesquisa foi justamente o trabalho, as nossas sociedades têm uma incapacidade de fundar uma sociedade do tempo livre. A consequência dessa incapacidade é uma distribuição injusta do trabalho que leva à desintegração do tecido social; a solução seria, segundo Gorz, reduzir a jornada de trabalho com fim de partilhá-lo entre a população ativa da sociedade.

A crença no crescimento econômico, no entanto, não poderia ser rompida facilmente sem enfrentar uma série de obstáculos. Um dos obstáculos principais, destacado pelos críticos do desenvolvimento, é a existência de um “*ethos* profissional” (ILLICH, 1979) ou de uma sociedade do trabalho (GORZ, 1983), na qual o tecnicismo e o autoritarismo impedem o florescimento da autonomia. Segundo Illich:

Este antigo paradigma está-se quebrando, embora isto não se reconheça publicamente devido ao medo de se enfrentar uma das consequências mais óbvias: a frustração inevitável das políticas que implementam o direito ao trabalho, é claro, como emprego. (ILLICH, 1979: 94)

A passagem a um “*ethos* pós-profissional” levaria, como descrevemos anteriormente, a um estilo de vida baseado na “subsistência moderna”. No entanto, o desenvolvimento do tecnicismo e do monopólio sobre certas habilidades fez do profissional um especialista exclusivo de domínios públicos e proprietário de um “*saber oculto sobre a natureza humana e suas fraquezas*”. (ILLICH, 1979: 44) Portanto, segundo Illich (1975: 122), a crise do paradigma baseado no crescimento econômico, existente no modo de produção industrial, abriria dois caminhos diferentes: o primeiro marcado por “*convivial tools*”¹² e o segundo por uma sociedade “*crushed by machines*”.

Citando Illich, Gorz (1983: 16-17) explica estas duas alternativas que estariam disponíveis para as sociedades contemporâneas. A primeira, denominada de convivencial, dependeria de uma

¹² Ferramentas convivenciais são utilizadas principalmente para gerar e permitir desfrutar de valores de uso – que não podem ser medidos nem medíveis pelos “fabricantes profissionais de necessidades”. (ILLICH, 1979: 84)

imposição de limites às tecnologias e à produção industrial, cujos objetivos seriam de conservar os recursos naturais, de preservar o equilíbrio ecológico necessário à vida, e de favorecer o desenvolvimento e a autonomia das comunidades e dos indivíduos. Na segunda alternativa, denominada de tecnofascismo, os limites necessários à vida seriam determinados de forma centralizada e seriam planejados por engenheiros ecológicos. Ademais, a produção seria controlada por instituições centralizadas a partir de tecnologias avançadas, de modo a atingir um “ótimo” ambiental.

Todavia, para Gorz (1983), a ecologia – como disciplina científica que contribui para a compreensão dos equilíbrios naturais – não implicaria na rejeição do autoritarismo e do tecnofascismo. Embora os ambientalistas possam a partir de argumentos ecológicos fazer uma crítica radical da civilização e da sociedade, o oposto também é verdade: argumentos ecológicos podem ser utilizados para justificar a aplicação da engenharia biológica aos sistemas humanos. A rejeição do tecnofacismo dependeria, na verdade, de uma escolha cultural e política. Charbonneau, filósofo ecologista francês, desconfiava do progresso tecnológico, que era sempre fonte de maior organização, mas de menos liberdade. Para ele, a ciência, a economia e o Estado deveriam ser sempre contestados:

Ma liberté, que je retrouve en mon prochain, m’oblige à contester la religion : celle de mon temps. Si Dieu est Dieu, qu’il le démontre en me forçant à plier le genou. Et Dieu aujourd’hui c’est la Science dont je dois débattre parce qu’elle fait de l’homme et de son univers un objet qu’elle manipule. Et je dois aussi prendre mes distances vis-à-vis de l’économie qui transforme tout en produit et en marchandise. Je refuse de m’identifier à l’Etat qui sera toujours tant soit peu caserne ou prison. Ces fonctions sont nécessaires, je le sais, raison de plus pour s’en méfier.¹³
(CHARBONNEAU, 1981 in CHARBONNEAU, 2006)

O trecho de Charbonneau, embora retrate uma visão bastante pessoal, pode ser considerado representativo da crítica cultural da economia desenvolvida nos anos 60 – é uma crítica abrangente à sociedade industrial. Como vimos, os autores, que podemos classificar como defensores do pós-desenvolvimento, produziram uma reflexão sobre a autonomia na sociedade

¹³ “Minha liberdade, que eu encontro no meu próximo, me obriga a contestar a religião: aquela do meu tempo. Se Deus é Deus, que ele demonstre isso me forçando a dobrar o joelho. E Deus hoje é a Ciência, por isso eu preciso discutir a razão pela qual ela faz do homem e de seu universo um objeto que ela manipula. E eu também tenho que me distanciar vis-à-vis da economia que transforma tudo em produto e mercadoria. Eu me recuso a me identificar com o Estado que será sempre um pouco quartel ou prisão. Essas funções são necessárias, eu sei, uma razão a mais para desconfiarmos delas.” (Tradução B.M.S.)

contemporânea, que é de forma constante limitada e comprometida pelo “*ethos* profissional”, pelo “tecnofacismo” e, de forma mais ampla, pela sociedade do trabalho voltada à produção de mercadorias.

O decrescimento, portanto, embora apenas tenha sido constituído como área de pesquisa recentemente, nos anos 70, já tinha um conjunto de idéias, de trabalhos e de autores bastante sólido, cujas críticas à sociedade industrial pautada pelo crescimento econômico eram extremamente radicais e rigorosas. A revisão realizada neste tópico, embora certamente não exaustiva¹⁴, buscou explorar alguns conceitos e idéias fundamentais para o desenvolvimento do decrescimento *à la française*. Entre estas idéias, além da crítica cultural da economia, destacamos a importância dos limites físicos ao crescimento, discutidos principalmente por Georgescu-Roegen. No tópico seguinte, procuramos observar os avanços dessas idéias e o rumo que tomou o decrescimento hoje, tanto em termos teóricos como práticos.

O decrescimento hoje

O decrescimento, como já destacamos brevemente na introdução, ganhou grande visibilidade devido ao surgimento de eventos e de instituições, principalmente na França, voltados ao questionamento do crescimento econômico e à pesquisa de novas alternativas para a sociedade e para a economia. Em fevereiro de 2002, o colóquio “*Défaire le développement, Refaire le monde*”, organizado por *La Ligne d’Horizon*¹⁵ e pelo *Monde Diplomatique* e realizado na UNESCO em Paris, buscou refletir sobre as alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. (GIORNAL, 2002) Nesse mesmo ano, é criado o *Institut d’études économiques et sociales pour la décroissance soutenable* (Instituto de estudos econômicos e sociais para o decrescimento sustentável).¹⁶ Em 2004, a revista mensal *La Décroissance, le journal de la joie de*

¹⁴ Outros autores não discutidos também contribuíram de forma importante para o debate. O economista francês François Partant (1982; 1988), um dos principais percussores do pós-desenvolvimento, após trabalhar como economista em bancos passou a criticar o desenvolvimento e a defender que os governos e sociedades de países do Oriente Médio e da Ásia não aceitassem os modelos impostos pelas instituições internacionais. Jacques Ellul (1998), amigo próximo de Charbonneau, também se dedicou à crítica da tecnologia e do papel tirânico que ela tinha sobre a sociedade. Cornélius Castoriadis (1982; 1987; 2005), filósofo grego, trabalhava também com o conceito de autonomia e, mais especificamente, de *autonomia política*.

¹⁵ *La Ligne d’Horizon – les amis de François Partant* é uma associação, fundada em 1998, que tem por objetivo promover a reflexão sobre os temas presentes nos livros e artigos do autor partidário do pós-desenvolvimento. Ver <http://www.lalignedhorizon.net>.

¹⁶ Ver <http://www.decroissance.org/>.

*vivre*¹⁷, que hoje vende cerca de trinta mil cópias, é lançada, fazendo com que o decrescimento adentre o debate público. O debate intelectual também é reforçado e, em 2006, é publicada a primeira edição da revista *Entropia*¹⁸, que tanto objetivava enriquecer o campo teórico do decrescimento e do pós-desenvolvimento, como, a partir de um perfil engajado, permitir a tomada de consciência de uma situação da humanidade sem precedentes na história. (BESSON-GIRARD&LATOUCHE, 2006) Por fim, em abril de 2008, como já destacamos na introdução, foi realizada a primeira conferência internacional em “Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity”.

O decrescimento, ademais, é tema discutido atualmente por um grande número de pesquisadores. Entre esses, destaca-se o filósofo e economista Serge Latouche, autor de inúmeras publicações relevantes para o debate, tais quais *Suivre au développement* (2004) e *Le Pari de la Décroissance* (2008)¹⁹. Latouche ainda publicou, em 2009, o livro *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, que pode ser visto como continuação dos dois primeiros. Nas três obras, o autor procura definir e explicar melhor o que seria a alternativa do decrescimento²⁰, assim como, responder as principais dúvidas que esse novo caminho deve apontar. Algumas das questões levantadas pelo autor também coincidem às temáticas propostas nos artigos a revista *Entropia*. A maioria das novas questões, em relação aos trabalhos dos anos 70, dizem respeito à transição política para a sociedade de decrescimento e às características dessa transição – por exemplo, se ela é possível no capitalismo, se é de esquerda ou de direita, se implicará num retrocesso, se resultará de uma revolução ou de uma reforma, etc.

O *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno* foi considerado pelo próprio Latouche (2009: VIII) como “*um compêndio do corpus das análises já disponíveis sobre o decrescimento*”. Além de retomar as principais conclusões do *Pari de la décroissance*, na obra são apresentados os novos desenvolvimentos da reflexão sobre o tema, particularmente os presentes na revista *Entropia*. De forma geral, Latouche (2006, 2009: 40), que considera a si mesmo discípulo de Ivan Illich, reforça a necessidade de uma mudança radical da sociedade, que seria mais propriamente uma revolução cultural, inatingível a partir de uma simples eleição. Por isso, o

¹⁷ Ver <http://www.ladecroissance.net/>.

¹⁸ Ver <http://www.entropia-la-revue.org/>.

¹⁹ Respectivamente, “sobreviver ao desenvolvimento” e “a aposta pelo decrescimento”. Este último, traduzido em espanhol como *La apuesta por el decrecimiento*.

²⁰ Em *Suivre au développement*, Latouche, além do decrescimento, também explora a alternativa do localismo, que é em parte incorporado ao primeiro nos trabalhos posteriores.

decrescimento seria “*um projeto político, no sentido forte do termo, projeto de construção, no Norte e no Sul, de sociedades conviviais autônomas e econômicas, sem por isso ser um programa no sentido eleitoral do termo.*” (LATOUCHE, 2009:41) Segundo o autor, a transição efetivamente dependeria de oito mudanças, que seriam simbolizadas por oito “erres” correspondentes às palavras reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar.²¹

O esforço de avançar na construção do projeto político do decrecmento, para Latouche, acaba por resultar no desenho de uma utopia, que é construção intelectual do ideal, mas também do concreto, uma vez que resulta de uma realidade existente e de evoluções possíveis. Nesse projeto, a autonomia – em relação ao mercado, às tecnologias e à ciência – ainda deve ser vista como elemento-chave somente atingível a partir de, como destacamos acima, uma revolução cultural, mas também das estruturas jurídicas e das relações de produção. Contudo, para Latouche, o projeto da sociedade de decrecmento somente é revolucionário à medida que, citando Castoriadis, assume-se que “*A revolução é uma mudança de certas instituições centrais da sociedade pela atividade da própria sociedade (...). A revolução significa a entrada de parte essencial da comunidade numa fase de atividade política, isto é, instituinte. O imaginário social se põe a trabalhar e se dedica explicitamente à transformação das instituições existentes.*” (CASTORIADIS, 2005: 177 in LATOUCHE, 2009: 92) Como projeto político, no entanto, mesmo que radical e revolucionário, sua aplicação só pode ser reformista, pois deve obedecer à ética da responsabilidade e não da convicção, que desenhou sua utopia.

Contudo, a reforma desencadeada a partir deste projeto político seria incompatível com o capitalismo. Segundo Latouche (2009: 129) “o decrecmento é forçosamente contra o capitalismo”. Tal contradição é justificada da seguinte maneira:

Como o crescimento e o desenvolvimento são respectivamente crescimento da acumulação do capital e desenvolvimento do capitalismo, o decrecmento é obrigatoriamente um decrecmento da acumulação, do capitalismo, da exploração e da predação. Trata-se não só de diminuir a velocidade de acumulação, mas

²¹ *Reavaliar* refere-se exatamente a mudanças de valores da sociedade, que por sua vez depende da *reestruturação* do aparelho produtivo e das relações sociais e de uma *reconceituação* ou redimensionamento dos conceitos de riqueza e de pobreza. A *reestruturação* das relações sociais também significa *redistribuição* – das riquezas e do acesso ao patrimônio natural, tanto entre países e classes com entre gerações e indivíduos. Por fim, o decrecmento também depende da *relocalização* (produção em escala local), da *redução* do impacto sobre a biosfera de nossos modos de produzir e de consumir e também da *reutilização* e da *reciclagem*. (Ver Latouche, 2008 e 2009)

também de questionar o conceito para inverter o processo destrutivo. (LATOUCHE, 2009: 128)

Dessa forma, o decrescimento como projeto político e como alternativa real para os dilemas atuais depara-se com uma série de obstáculos e desafios. Uma dificuldade presente é que as críticas da sociedade de crescimento e do desenvolvimento possam também alimentar um pensamento reacionário. Paul Ariès acredita que o decrescimento é mais suscetível a esses “deslizes” reacionários do que outras correntes de esquerda (produtivistas e nacional-estatista). Por isso, a questão proposta por Jean-Paul Besset, em obra publicada em 2005, é vital para a formação de um projeto político do decrescimento: “comment ne plus être “progressiste” sans devenir réactionnaire?”²² (ARIES, 2006) Nas palavras de Besset:

Au rythme actuel d'épuisement des ressources et de destruction du monde, la tentation d'une nouvelle forme d'apartheid économique et social existe, et elle pourrait s'amplifier. C'est même l'issue logique du repli réactionnaire. Elle peut prendre appui sur un réflexe protectionniste d'enfermement sur son lopin de territoire pour y construire à l'écart sa petite contre société et y préserver ses richesses, dans l'entre soi rassurant du noyau domestique ou clanique. Cela commence par le village et cela peut se terminer par une intransigeance identitaire partagée avec tous ceux qui sont « d'ici », autrement dit de France, d'Europe et d'Occident.²³ (BESSET, 2006)

Em especial, a defesa da *relocalização*, pelos defensores do decrescimento, pode confundir-se com os argumentos de um nacionalismo ou enraizamento reacionários. No entanto, enquanto o argumento reacionário (“território de raiz”) retoma a problemática do nascimento e do sangue, a *relocalização* (“território de existência”) diz respeito às atividades da vida em função dos locais onde se habita e onde se trabalha. (BESSET, 2006) Ou seja, para os defensores do decrescimento, a economia, a política, a cultura e o sentido da vida devem retomar sua “ancoragem territorial” no sentido de que as pessoas que nele habitam voltarão suas preocupações ao que é decidido e produzido em escala local. (LATOUCHE, 2009: 49)

²² Como não mais ser progressista sem virar reacionário? (Tradução B.M.S.)

²³ No ritmo atual de esgotamento de recursos e de destruição do mundo, a tentação de uma nova forma de apartheid econômico e social existe, e poderia ser ampliado. É o resultado lógico da contração reacionária. Ela pode sustentar um reflexo protecionista de fechamento em seu lote de terra para construir nele, à distância, sua sociedade alternativa e ali preservar a sua riqueza, tendo no seu interior um núcleo doméstico ou clânico reconfortante. Ela começa com a aldeia e pode acabar contruindo uma identidade intransigente compartilhada com todos os que são “daqui”, ou seja, da França, da Europa e do Ocidente. (Tradução B.M.S.)

Outra crítica ao decrescimento, proveniente de autores da esquerda²⁴, trata do abandono do pleno emprego decorrente da implementação de tal projeto político. Porém, para Latouche, a política ecológica integra a política social na medida em que só se pode resolver o problema social resolvendo-se o problema ecológico. É difícil, evidentemente, avaliar qual seria o saldo final de empregos após a transição para o decrescimento, pois as alterações da economia levariam a mudanças em diversos sentidos – ao mesmo tempo, por exemplo, há o aumento do emprego em novos setores e supressão das “necessidades inúteis” (propaganda, transportes, etc). O importante, segundo Latouche, seria que numa transição mais ou menos longa os ganhos de produtividade fossem transformados em redução do tempo de trabalho e em criação de empregos. Essa transição, no longo prazo, permitiria sair da sociedade do trabalho rumo à sociedade do “tempo livre”, na qual o trabalho e o lazer seriam valorizados por si mesmos e não como mercadorias. (LATOUCHE, 2009: 108-126)

Algumas destas questões seriam retomadas e aprofundadas nas duas conferências internacionais sobre o decrescimento – intituladas de “Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity” –, realizadas em 2008 e 2010. Os objetivos principais levantados pelos organizadores da primeira conferência eram os de compreender qual era o estado da arte das pesquisas, dos debates e dos movimentos ligados ao decrescimento; encorajar e identificar lacunas na pesquisa; e explorar instrumentos que poderiam ajudar na campanha pela equidade e pela sustentabilidade. (FLIPO&SCHNEIDER, 2008) Os comitês organizacional e científico contavam com a participação de pesquisadores importantes do decrescimento – como Serge Latouche e Jacques Grinevald – e também da Economia Ecológica – como Herman Daly e Joan Martínez-Alier.

Em cada uma das conferências foi preparada pelos participantes uma declaração final sobre o decrescimento, que procurava sintetizar as críticas, definições e encaminhamentos discutidos no evento. A declaração de 2008, produzida em Paris, problematizou o crescimento econômico, que fez com que a atividade econômica ultrapassasse os limites ecológicos sustentáveis sem, no entanto, reduzir substancialmente a pobreza; e advogou a mudança de paradigma do crescimento econômico ilimitado para o conceito de “*right-sizing*” (redimensionamento) das economias nacional e global, que deveria ser atingido a partir do decrescimento dos países mais ricos. Ademais, de acordo com o relatório:

²⁴ Ver, por exemplo, Jean-Marie Harribey.

Once right-sizing has been achieved through the process of degrowth, the aim should be to maintain a “steady state economy” with a relatively stable, mildly fluctuating level of consumption. (FLIPO&SCHNEIDER, 2008: 317)

Nesse sentido, parece que a proposta defendida por alguns autores da Economia Ecológica (ver nota de rodapé 2) começa a ser incorporada por um grupo de pesquisadores do decrescimento. Trata-se de entender o decrescimento como processo pelo qual se atinge o objetivo do estado-estacionário, tal como defendido por certos autores da Economia Ecológica. Entre esses, destaca-se Herman Daly (1997; 2007: 117-123), que incorporou em seus trabalhos o conceito de estado-estacionário utilizado pelos economistas clássicos, notadamente John Stuart Mill. Para Mill, a economia tendia naturalmente ao estado-estacionário devido ao aumento populacional e aos retornos decrescentes; no entanto, nesse momento, as atividades que não envolviam consumo material e degradação ambiental (educação, arte, religião, esporte, relações humanas, pesquisa, etc) poderiam ser desenvolvidas indefinidamente. Sobre o estado-estacionário, Daly afirma:

(...) it has constant populations of people (and therefore “stocks” of labor) and constant stocks of capital. It also has a constant rate of “throughput”—i.e., the energy and materials used to produce goods and services.(...) Technological progress may yield a more efficient “digestion” of throughput, resulting in the production of more (or more highly valued) goods and services. However, there are limits to productive efficiency imposed by the laws of thermodynamics and therefore limits to the amount and value of goods and services that may be produced in a given ecosystem. (DALY, 2004: 598-599)

Dessa forma, os autores da Economia Ecológica, ao objetivarem o estado-estacionário, atribuem uma importância primordial à definição de uma escala sustentável da economia, que viabilize uma taxa constante de *throughput* compatível com a capacidade de absorção de resíduos do ecossistema. É possível dizer que esta visão abre um caminho mais concreto para a elaboração de políticas macroeconômicas, uma vez que integra em suas análises uma crítica mais pontual da economia e que diz respeito, sobretudo, à ecologia. Talvez, por isso, haja uma tendência de aproximação das abordagens da Economia Ecológica e do decrescimento conforme se visualiza a construção de um projeto político que responda aos dilemas da sociedade contemporânea.

No entanto, apesar das semelhanças entre as duas áreas, é difícil aproximá-las sem fazer emergir grandes conflitos e incongruências. Sobre o próprio conceito de estado-estacionário, Latouche afirma:

Indudablemente, la concepción de una sociedad de decrecimiento recuerda también a la del estado estacionario de Mill o a las aspiraciones de ciertos partidarios del desarrollo sostenible. Sin embargo, para Mill, la teoría del estado estacionario traduce la idea de que al envejecer, por su propia dinámica, el capitalismo poco a poco dará origen a un tipo de sociedad cuyos valores serán más respetuosos con el ser humano y la naturaleza. Por nuestro lado, pensamos que eso no ocurrirá y que únicamente la ruptura con el sistema capitalista, con su consumismo y su productivismo, puede evitar la catástrofe. (LATOUCHE, 2008: 34)

Portanto, como já exploramos anteriormente, a visão do decrescimento aposta numa via mais radical de ruptura com o capitalismo. No entanto, a defesa dessa ruptura não se deve apenas às preocupações ecológicas. Para os autores do decrescimento, é também a busca da autonomia que impõe uma ruptura do produtivismo, do consumismo e da sociedade do trabalho. Assim, o compromisso com o decrescimento *radical*²⁵ impõe grandes obstáculos à construção de um projeto político capaz de promover uma transição democrática e não violenta rumo ao decrescimento. Certamente, esta dificuldade abre espaço para novas abordagens que tenham uma preocupação mais prática.

Por fim, a declaração de 2010²⁶, que resultou da conferência de Barcelona, assim como, em parte, os artigos apresentados durante o evento, procuraram discutir o contexto de crise decorrente do aprofundamento da crise financeira desencadeada em 2007. Portanto, foi reforçada uma tendência de produzir uma reflexão mais atual e “prática” do decrescimento. Isso, embora implique, como vimos, num menor compromisso com o decrescimento *radical*, favorece o surgimento de contribuições importantes para o estudo da área – por exemplo, o aprofundamento

²⁵ Definição proposta por Bergh (2010: 7): “Perhaps for the majority of degrowth proponents the notion of degrowth denotes a radical change of (or many radical changes in) the economy. This may involve changes in values, ethics, preferences, financial systems, markets (versus informal exchange), work and labor, the role of money, or even

profit-making and ownership.” Em seguida, como nós, o autor afirma: “The main problem I see here that this is such

grand, imprecise idea which lacks a good, thorough analysis that it will be impossible to sell politically.”

²⁶ Disponível em http://degrowth.org/wp-content/uploads/2011/05/Degrowth_Declaration_Barcelona_2010.pdf.

da discussão financeira, que aparecia, até recentemente, como uma grande lacuna nos estudos do tema.

Considerações finais: rumo ao decrescimento?

Como vimos, o decrescimento propõe questões relevantes para os dilemas da sociedade contemporânea. As críticas ecológica e cultural, desenvolvidas a partir dos anos 70, abarcam de forma ampla tais dilemas, pois, além da problemática ambiental, analisam de forma rigorosa os problemas advindos da sociedade do trabalho, do desenvolvimento tecnológico e científico, do produtivismo, etc. A partir dos anos 2000, tais críticas são difundidas, principalmente na França, tanto nos meios social, político e acadêmico. No que diz respeito ao desenvolvimento da área de pesquisa, foram importantes o surgimento da revista *Entropia* e a publicação de inúmeras obras, entre as quais destacamos, ao longo do texto, principalmente as de autoria de Serge Latouche.

Atualmente, o movimento e as pesquisas do decrescimento, marcadamente engajadas, defrontam-se com o desafio de construir um projeto político. Evidentemente, este desafio é de grandes proporções, uma vez que o tema é um tanto quanto abrangente e revolucionário. Viabilizar uma transição, ao mesmo tempo democrática e radical e revolucionária e pacífica, não é tarefa nada fácil. Por isso, talvez uma das saídas, identificada nas declarações das conferências do decrescimento, é compatibilizar alguma das ideias do decrescimento com as propostas da Economia Ecológica, que, embora também embrionárias, são mais passíveis de transformarem-se em políticas concretas.

Contudo, alguns cuidados devem ser tomados para que o decrescimento não sofra uma guinada “reacionária” ou em direção ao “tecnofacismo”, tal como temeriam autores importantes do decrescimento. Acima de tudo, a mudança de paradigma para o conceito de “*right-sizing*” das economias nacional e global poderia abrir caminho para que a escala sustentável da economia fosse determinada de forma centralizada e planejada por engenheiros ecológicos. Isso levaria a, como temiam Illich e Gorz, uma produção controlada por instituições centralizadas a partir de tecnologias avançadas, de modo a atingir um “ótimo” ambiental – solucionando o problema ambiental, mas submetendo os homens sob o domínio da ciência e da tecnologia.

Referências bibliográficas

AMAR, A. La croissance et le problème moral. **Les cahiers de la Nef**, Vol 52:les objecteurs de croissance, 1973.

ARIES, P. Une pensée sur la crête. **Entropia**, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?rubrique28>

BERGH, J. Five types of “degrowth” and a plea for “agrowth”. **Proceedings of the Second International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity**. Barcelona, 26-29 March, 2010. Disponível em: http://www.barcelona.degrowth.org/fileadmin/content/documents/van_den_Bergh.pdf

BESSET, J. P. **Comment ne plus être progressiste... sans devenir réactionnaire**, Fayard, Paris, 2005.

BESSET, J. P. La tentation réactionnaire. **Entropia**, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?rubrique28>

BESSON-GIRARD, J. C.; LATOUCHE, S. Pourquoi Entropia ? **Entropia**, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?rubrique28>

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto – v.1**. Tradução Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTORIADIS, C. **Une société à la dérive**. Paris: Le Seuil, 2005.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

CHARBONNEAU, B. Hors Champ – Fragments. **Entropia**, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?rubrique28>

CHARBONNEAU, B. **Une Seconde Nature**. Pau : B. Charbonneau, 1981.

COCHET, Yves. **Pétrole apocalypse**. Paris: Fayard, 2005.

DALY, H. E. **Beyond growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon, 1997.

DALY, H. E. **Ecological Economics and Sustainable Development, Selected Essays of Herman Daly**. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2007.

DALY, H. E. In My Opinion: The steady state economy: what it is, entails, and connotes. **Wildlife Society Bulletin**, v. 32, n. 2, p. 598-605, 2004.

ELLUL, J. **Le Bluff technologique**. Paris: Hachette Littératures, 1998.

FLIPO, F.; SCHNEIDER, F. (Eds.). **Proceedings of the First International Conference on Economic Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity**. Paris, April 18, 2008. Disponível em: <http://events.it-sudparis.eu/degrowthconference/>.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **La décroissance. Entropie - Écologie – Économie**. Nouvelle édition. Apresentação e tradução Jacques Grinevald e Ivo Rens. Paris : Sang de la terre, 1995.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GEORGESCU-ROEGEN, N. The Entropy Law and the Economic Process in Retrospect. **Eastern Economic Journal**, v. XII, n. 1, 1986.

GIORNAL, J. Défaire le développement, refaire le monde. **Réfractio**, n. 9, p. 119-122, 2002. Disponível em <http://www.plusloin.org/refractions/refractions9/14JoseGiornal.pdf>.

GORZ, A. **Capitalisme, Socialisme, Écologie. Désorientation, orientations**. Paris : Galilée, 1991.

GORZ, A. **Ecology as Politics**. Tradução Patsy Vigderman e Jonathan Cloud. Londres: Pluto Press, 1983.

GRINEVALD, J. Histoire d'un mot. Sur l'origine de l'emploi du mot décroissance. **Entropia**, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?rubrique28>

ILLICH, I. **O Direito ao desemprego criador: a decadência da idade profissional**. Tradução de Joaquim Campelo Marques. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1979.

ILLICH, I. **Tools for Conviviality**. London: Fontana/Collins, 1975.

KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, n. 6, p. 544-551, 2010.

LATOUCHE, S. Degrowth. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, p. 519-522, 2010. Disponible em: <http://degrowth.org/publications>.

LATOUCHE, S. **La apuesta por el decrecimiento: ¿Cómo salir del imaginario dominante?** Tradução Patricia Astorga. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

LATOUCHE, S. La décroissance: um projet politique. **Entropia**, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.entropia-la-revue.org/spip.php?rubrique28>

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. **Survivre ao développement**. Paris : Mille et une nuits, 2004.

LEVALLOIS, C. Can de-growth be considered a policy option? A historical note on Nicholas Georgescu-Roegen and the Club of Rome. **Ecological Economics**, v. 69, n. 11, p. 2271-2278, 2010.

MARTINEZ-ALIER, J. Socially Sustainable Economic De-growth. **Development and Change**, v. 40, n. 6, p. 1099-1119, 2009.

MARTINEZ-ALIER, J.; PASCUAL, U.; VIVIEN, F.-DOMINIQUE; ZACCAI, E. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**, v. 69, p. 1741-1747, 2010. Disponível em: <http://degrowth.org/publications>

MEADOWS, D., MEADOWS, D., RANDERS, J., & BEHRENS, W. **Limites do Crescimento: Um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Perspectiva. Tradução Inês M. F. Litto, 1972.

PARTANT, F. **La ligne d'horizon : Essai sur l'après-développement**. Paris : La Découverte, 1988.

PARTANT, F. **La fin du development. Naissance d'une Alternative?** Paris: François. Maspero, 1982.

SCHNEIDER, F; DEMARIA, F. Decreixement Sostenible: complementaritat en la diversitat. In: Decreixement economic: nous arguments sobre els limits del creixement. **Revista Nous Horitzons**, v. 202, n. 50, pp. D44-D50, 2011. Disponível em: <http://degrowth.org/publications>.

VEIGA, Z. E. **Mundo em Transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento**. Campinas: Armazém do Ipê, 2009.